

MIRES MENDES CARVALHO

**ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS:
UM OLHAR PARA O GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS DE 5ª A 8ª SÉRIES NOS
PNLD 2002 E 2005**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à disciplina Pesquisa
em Informação II, do Curso de Gestão
da Informação, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profª. Dr.ª Leilah Santiago
Bufrem**

**CURITIBA
2004**

À Celine minha principal fonte de:
inspiração, expiração e decisão.
Dedico

A todos que, direta ou indiretamente,
contribuíram para esta realização.

A todos que, direta ou indiretamente, não
contribuíram para esta realização e,
assim me fizeram perceber a
importância deste estudo.
Agradeço.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	iv
RESUMO	v
1 APRESENTAÇÃO	1
2 OBJETIVOS	3
2.1 OBJETIVO GERAL.....	3
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
3 METODOLOGIA	4
4 LITERATURA PERTINENTE	7
4.1 LIVRO DIDÁTICO ANTES DE 1998.....	7
4.2 O LIVRO DIDÁTICO, AS AVALIAÇÕES E SUAS CRÍTICAS.....	10
4.3 O PROGRAMA NACIONAL DE LIVROS DIDÁTICOS – PNLD	15
4.4 O GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS	17
4.4.1 Composição do Guia	17
4.4.2 Organização do guia	18
4.4.3 Como uma obra pode figurar no guia.....	19
4.5 GUIA DE INFORMACOES	20
5 RESULTADOS OBTIDOS	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICES	31
ANEXO	45

LISTA DE SIGLAS

ABNT	–	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS-MEC	–	Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação
FAE	–	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	–	Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INL	–	Instituto Nacional do Livro
IPT	–	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
PLIDEF	–	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLD	–	Programa Nacional do Livro Didático
SEF	–	Secretaria de Educação Infantil e Fundamental

RESUMO

Identificação e análise dos critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2002 e 2005, no Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries – com enfoque na disciplina de História. Discorre sobre o livro didático antes de 1998, destacando avaliações e críticas; sobre o PNLD e o Guia de Livros Didáticos.. Apresenta dentre as obras inscritas o percentual das aprovadas e das excluídas para cada disciplina em ambos PNLD, verificando pelos indícios quantitativos que a produção do livro didático vem se adaptando às normas reguladoras do Estado. Analisa cada critério de avaliação, das obras da disciplina de História, apresentando alterações ocorridas nestes critérios para 2005 com base em 2002, indicando seus possíveis fatores. A análise apoia-se em quadros comparativos que destacam os elementos diferenciais e em dados quantitativos sobre percentuais de obras inscritas e aprovadas. Observa também alterações sutis e outras de impacto tais como a eliminação da classificação das obras e o critério de promoção do desenvolvimento de competências cognitivas, identificando algumas ainda não contempladas. Elabora considerações sobre propostas de políticas de informação.

Palavras-chave: Livro Didático; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Políticas de Informação; Avaliação.

1 APRESENTAÇÃO

Destaca-se como objeto deste estudo o Guia de Livros Didáticos, 5^a a 8^a séries, do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – em suas edições de 2002 e 2005, com especial enfoque aos critérios de avaliação para as obras relativas à disciplina de História, pretendendo-se apontar as mudanças neles ocorridas, assim como nos próprios livros selecionados nas duas edições.

O guia tem sido considerado uma importante ferramenta para o professor, na escolha do livro didático. Antes de sua publicação o docente tinha algumas opções para tal procedimento tais como: debruçar-se sobre pilhas de livros enviados pelas editoras e fazer sua própria análise; confiar na opinião dada por colegas que já tivessem utilizado um livro específico; aceitar as sugestões das editoras, das Secretarias de Educação ou da própria direção da escola. Neste último caso, eram comuns casos em que se prescindia de qualquer consulta direta ao professor (FREITAG, 1997, p. 106). A escolha ainda esbarrava em algumas dificuldades como a falta de formação adequada do professor e de informação necessária, a exigüidade de tempo e a grande quantidade de livros a serem analisados, entre outras.

Devido a sua proposta, o guia tornou-se um aliado do professor – um facilitador da escolha uma vez que todas as obras passam pelos mesmos critérios de seleção, avaliação e análise – a ele cabendo selecionar dentre as obras aprovadas a que melhor atende as características para o aprendizado de seus alunos.

Considerando-se essa realidade, este trabalho tem a proposta de, além de analisar os critérios de avaliação dos guias de 2002 a 2005 para as obras relativas à disciplina de História, informar os interessados no livro didático – alunos, pais, professores, pesquisadores e educadores – sobre as mudanças ocorridas a partir das avaliações feitas no guia de 2002 para o guia de 2005, para que possam refletir

criticamente sobre o processo de escolha das coleções que poderão utilizar de modo a contribuir efetivamente para o processo pedagógico. A partir desta análise feita para os livros de História, professores e interessados poderão ser incentivados a aplicá-la a outras disciplinas.

Com base no pressuposto de que toda informação selecionada, recuperada e utilizada favorece a tomada de decisões, pode-se dizer que os professores de qualquer disciplina, se bem informados sobre as obras de que dispõem como instrumentos para o exercício de sua atividade pedagógica, estarão mais aptos e seguros para selecioná-las. A situação de escolha é mais complexa quando ocorre em relação a obras de disciplinas como História, cujos conteúdos têm sido sujeitos a críticas e contradições.

Esta análise tem a proposta de colaborar para a percepção sobre as alterações e impactos sobre o processo de escolha do livro didático, uma vez que após a publicação da avaliação dos PNLD de 1996 e 1999 houve uma rejeição por parte dos professores em relação às obras mais bem recomendadas. Essa rejeição ocorreu, segundo especialistas, devido ao receio de que, por terem sido selecionadas deveriam ser necessariamente as mais difíceis de trabalhar, o que pôde ser evidenciado na reportagem da revista **Nova Escola** de março de 2001. Percebeu-se que os professores não conseguiam desenvolver as sofisticadas propostas sugeridas nos textos didáticos. A esse respeito, o presidente do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Henrique Paim Fernandes se pronuncia em PARISI(2004): “Não há nenhum estudo que mostre por que isso acontecia, mas eu suponho que seja porque eles preferissem livros com conteúdos mais fáceis”.

Além da análise a ser desenvolvida, o processo de contextualização aqui iniciado poderá resgatar aspectos e acontecimentos relativos ao livro didático, aos processos de avaliação, anteriores a 2002, assim como a relatos de pesquisadores e pessoas afins sobre as avaliações do guia de 2005.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os critérios do PNLD para avaliação do livro didático – nas obras da disciplina de História – com base nos guias de 2002 e 2005.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar os critérios gerais do PNLD para avaliação do livro didático dos guias 2002 e 2005, evidenciando alterações ocorridas no guia 2005 em relação a 2002;
- b) apresentar dentre as obras inscritas o percentual de obras aprovadas e excluídas para cada disciplina em ambos PNLD;
- c) verificar pelos indícios quantitativos se a produção do livro didático vem se adaptando às normas reguladoras do Estado;
- d) analisar cada critério de avaliação, das obras da disciplina de História, apontando mudanças e ou desdobramentos entre 2002 e 2005;
- e) especificar tais alterações e apontar as influências de cada alteração.

3 METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico desta pesquisa programou a princípio, a revisão da fundamentação teórica, que foi norteada pela literatura pertinente à questão do livro didático, suas avaliações e críticas, mais especificamente relacionadas à disciplina de História, no contexto brasileiro.

O objeto pesquisado é composto dos Guias de Livro Didático de 5ª à 8ª séries, edições 2002 e 2005, sob o ângulo dos critérios gerais de avaliação e específicos à disciplina de História.

A análise foi realizada no 2º semestre de 2004, iniciando-se pela coleta de dados; em seguida pela formação de quadros comparativos que apontaram possíveis alterações, exclusões e ou inclusões, e suas influências tanto para os critérios gerais quanto para os específicos; e ao final a apresentação dos resultados obtidos.

Para redação e formatação desta pesquisa foram utilizadas as Normas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, edição 2000.

A seguir podem-se visualizar os modelos de quadros que compõe o desenvolvimento da pesquisa.

QUADRO 1 – DO PERCENTUAL DE OBRAS APROVADAS E EXCLUÍDAS DENTRE AS INSCRITAS

Disciplinas	PNLD 2002			PNLD 2005		
	Inscritas	Aprovadas	Excluídas	Inscritas	Aprovadas	Excluídas
Disciplina1						
Disciplina2						

QUADRO 2 – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E SUAS ALTERAÇÕES

PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações
Critério 1		
Critério 2		

QUADRO 3 – ALTERAÇÕES OCORRIDAS NOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO REFERENTE A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E SUAS RESPECTIVAS INFLUÊNCIAS

Alteração	Influência
Alteração 1	
Alteração 2	

A complementação dos quadros possibilitou a crítica, sobre as alterações ocorridas nos critérios de avaliação do livro didático. Para esta complementação foi necessária a leitura completa dos critérios de avaliação do livro didático, na disciplina de História, nos Guias 2002 e 2005 e do *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros Didáticos de 5ª a 8ª séries do PNLD/2005*, e ainda a leitura dos perfis e características das obras aprovadas em cada disciplina em ambos PNLD.

A complementação do quadro *Percentual de obras aprovadas e excluídas dentre as inscritas*, Apêndice 1, se deu pela leitura e busca dos números e ou percentuais de obras inscritas e ou excluídas nos trechos do Guia onde eram apresentados os perfis ou características das obras. Esta leitura e busca foi realizada em todas as disciplinas e em ambos os Guias, sendo feitas anotações dos números e ou percentuais encontrados. Se optou por apresentar no quadro tanto os percentuais quanto os números encontrados, para que fosse mais perceptível as diferenciações entre um PNLD e outro, e fiel ao dados encontrados, no entanto quando não foi possível encontrá-los as células foram preenchidas com a expressão 'não consta'.

Já os quadros "Critérios de Avaliação da Disciplina de História e suas Alterações" e "Alterações Ocorridas nos Critérios de Avaliação referente à Disciplina de História e suas respectivas influências" foram agrupados em um único, denominado "Critérios analisados da disciplina de História – PNLD 2002 e 2005". Preferiu-se lançar considerações, em alguns momentos, quanto as alterações, do que influências pois para atentar para as influências de uma alteração seriam necessários estudos complementares mais aprofundados e periódicos, o que demandaria de tempo maior que o planejado e possível para a apresentação deste estudo. Contudo não se perdeu o foco dos objetivos 'analisar cada critério de avaliação, das obras da disciplina de História, apontando mudanças e ou desdobramentos entre 2002 e 2005, e especificar tais alterações e apontar as

influências de cada alteração' pois quando se aponta alterações e se agrega à elas considerações já é possível vislumbrar as influências desta ou daquela alteração.

A princípio foram listados, com base no PNLD 2002, todos os critérios específicos à disciplina de História contemplados no Guia, em seguida a mesma busca foi realizada no Guia 2005.

Para completar o quadro foi necessário a cópia dos critérios, tal qual estão presentes nos Guias, e ainda no intuito de preservação do conteúdo do *Edital...*, devido as restrições de acesso, foram inseridos os critérios que só podiam ser visualizados nele.

Foram escolhidas cores distintas para melhor visualização das alterações. Foi dado destaque em azul para menções iguais em ambos PNLD; a cor vermelha foi utilizada para destacar os conteúdos que são visualizados apenas no Edital; em preto aparecem as diferenciações do critério entre um PNLD e outro; e finalmente em preto também, mas em células distintas, a apresentação da análise da alteração do critério e as considerações a respeito dela.

4 LITERATURA PERTINENTE

A literatura pertinente ao tema apontou aspectos relacionados com o livro didático antes de 1998, às avaliações e críticas relacionadas a ele, explicitou o Programa Nacional do Livro Didático e o próprio Guia de Livros Didáticos.

4.1 LIVRO DIDÁTICO ANTES DE 1998

Para entender eventuais processos de análise e escolha do livro didático, no Brasil, faz-se necessário verificar o âmbito histórico e econômico da criação do livro didático apontando, algumas vezes, as mudanças ocorridas na sociedade naquele período. Para isso será tomada por base, para ordenação cronológica dos fatos a fonte oficial do governo a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação – ACS-MEC. Entretanto, sempre que pertinentes, foram incorporadas ao texto as versões dos autores citados.

No mundo capitalista do século XVII, os livros eram os fios condutores do trabalho do professor em sala de aula. O docente atuava como um maestro apenas seguindo a partitura. Neste mesmo período iniciava-se o processo de industrialização que deveria instruir a nova cultura a ser assimilada pelo trabalhador (COMENIUS, 2002, p. 457).

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 foram o marco do processo de industrialização da produção. Ante a possibilidade de expansão do ensino no país, pelos movimentos que pediam a inserção de todos os indivíduos na escola, são editados “decretos, leis e medidas governamentais” sobre o livro didático. A escola se universaliza e o livro didático prevê o controle do trabalho do professor (FREITAG, 1987, p. 11-12).

O ano de 1929 é marcado pela criação do Instituto Nacional do Livro – INL e em 1938 o Decreto - Lei 1.006/38 institui a Comissão Nacional do Livro Didático. A criação de ambos visa a expansão do ensino (ACS-MEC).

Com o golpe militar de 1964 “o milagre econômico” deveria ser inculcido e sustentado em todas as mentes – nas crianças isto é feito por meio do livro didático que mostra um país em franco crescimento e belas imagens (FREITAG, 1987, p.25 e FONSECA, 1995, p.36 e 70).

O ano de 1966 é marcado pela criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (ACS-MEC).

A partir de 1970 o INL tem como objetivo maior atender dinamicamente à clientela dos programas oficiais – o que o distancia dos seus objetivos primeiros: ampliação e atualização das bibliotecas públicas do país, reeditar obras raras para os estudos brasileiros, e aquisição e lançamento de obras para estes estudos (BUFREM, 1991, p. 39).

Com a absorção das distribuições e produções oficiais que até este ano eram realizadas em conjunto com a Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME – e a Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático, o INL, a partir de 1971, amplia sua estrutura favorecendo o sistema de co-edição que passa a abranger a publicação de livros didáticos do Ensino de 1º Grau de 1ª à 4ª série. Para tanto é desenvolvido o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF (BUFREM, 1991, p. 39 e ACS-MEC).

Devido à queda do Regime Militar, em meados da década de 1970 e início da de 1980, cresce o número de críticas feitas ao Estado por causa das determinações para a Educação, pelas quais a escola passa a ser denunciada como aparelho ideológico do Estado. Tomam fôlego as discussões sobre a autonomia do professor para a escolha do livro didático e a sua capacidade de superar as determinações do Estado em seu trabalho. Neste mesmo período, os técnicos da FENAME eram os responsáveis pela elaboração dos Instrumentos de Avaliação –

critérios de avaliação do livro didático. Além da elaboração de tais instrumentos a FENAME, como representante oficial do Governo Federal, foi a principal compradora de livros didáticos produzidos em 1977 (SNEL “Produção Editorial de 1977”, citado em FRANCO, 1982, p. 20 e FREITAG, 1987, p. 49).

Com a extinção da FENAME em 1983, cria-se a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE – que passa a incorporar o PLIDEF que, por sua vez, também é extinto em 1985, mesmo ano de criação do PNLD (ACS-MEC).

Em 1986 aproximadamente 45 milhões de livros didáticos foram distribuídos pelo Estado, em 1987 cerca de 52 milhões. Críticas são feitas ao controle de que 90% da produção de livros didáticos neste período por apenas 10 editoras brasileiras (FREITAG, 1987, p. 54).

Faltava uma proposta do MEC, que em conjunto com a FAE limitava-se à aquisição e distribuição do livro didático, para uma discussão direta e sistemática sobre a qualidade dos livros comprados – objetos de estudo e trabalho do aluno e do professor. A década de 1990 foi marcada pela criação de uma comissão de especialistas encarregada de avaliar as aquisições de livros didáticos pelo governo – especificamente em 1993 através do Plano Decenal de Educação para Todos (SILVA).

A partir de 1996 professores das escolas primárias passaram a contar com um instrumento facilitador para escolha do livro didático – o Guia de Livros Didáticos de 1ª à 4ª série, produto do PNLD/1996 – até aqui a tarefa de análise e escolha era exclusiva do professor, em 1999 todo o Ensino Fundamental é contemplado com o guia – Guia de Livros Didáticos de 5ª à 8ª série PNLD/1998 (Secretaria de Educação Infantil Fundamental – SEF).

Com a extinção da FAE em 1997, o PNLD passa a ser gerenciado pelo FNDE (ACS-MEC).

Recentemente o FNDE firmou parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. Esse instituto tem responsabilidade com a coleta de amostras e

as análises técnicas dos livros, elaboradas de acordo com as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Com vistas à melhoria da qualidade do livro a ABNT vem desenvolvendo um novo projeto de normas técnicas que norteará toda a produção de livros didáticos do país (FNDE).

4.2 O LIVRO DIDÁTICO, AS AVALIAÇÕES E SUAS CRÍTICAS

Entende-se como livro didático o instrumento pedagógico, principal portador dos conhecimentos básicos, componente do saber nas escolas, e ainda em algumas ocasiões um dos poucos, senão o único, insumo utilizado nas escolas brasileiras (SILVA e SCAFF). O livro didático “é um produto cultural – com suas especificidades, é claro e, portanto, conformado segundo a lógica da escola e da sociedade onde está inserido” (DAVIES, 2001, p.600).

A percepção do livro didático sob a perspectiva de principal ou único instrumento de aprendizado do aluno e de apoio ao professor, permite que se compreenda a preocupação, de alguns autores, em discutir o modo pelo qual os conteúdos - em alguns dos casos apresentados a História – são repassados, a neutralidade deste instrumento, e ainda a economia e a produção editorial em torno dele é o que torna a discussão necessária.

FRANCO (1982), em *O Livro Didático de História no Brasil*, fez uma abordagem crítica ao que se transmite e ou omite, nos livros didáticos, quanto ao que se relaciona ao povo e à violência durante o Período Regencial no Brasil. O que FRANCO pretendeu na avaliação dos livros, por ela analisados, foi demonstrar como um autor pode fazer com que o povo se torne: sombra do mártir, renegando-o ao segundo plano como se não tivesse tido participação; parte da História, apresentando-o como participante ativo; ou ainda um mero espectador das batalhas travadas entre governantes e chefes revolucionários.

Quanto à violência no período, nota-se que ocorre algo semelhante: ocultação dos desmandos dos poderosos e dos motivos para o levante popular; algumas vezes breves comentários sem qualquer aprofundamento; em outras é possível compreender a real extensão, ou próximo dela, com detalhes estatísticos.

Para alguns autores, analisados por FRANCO, os movimentos insurreicionais – que geraram a violência – têm interpretações diferentes, o que decorre a diferenciação na apresentação dos resultados, pois ter como base somente os documentos oficiais para a interpretação e produção da obra, os autores provavelmente apresentariam o povo, a violência e os movimentos insurreicionais na versão oficial ou próximo dela.

ABUD (1994), em *O livro didático e a popularização do saber histórico*, aborda de outra maneira o saber histórico apresentado no livro didático, em que a História é figurada por mocinhos e vilões, é apresentada seqüencialmente em períodos estáticos como se não houvesse ligações entre eles um não sendo consequência do outro. ABUD afirma ainda que, dentre os livros adotados, antes e durante o seu período de pesquisa, as mesmas idéias são passadas por diferentes autores criando estereótipos e ou reforçando-os.

Em *O Guia de Livros Didáticos e sua (in)utilização no Brasil e no estado do Mato Grosso do Sul*, a autora atribui ao livro didático a primazia dos insumos utilizados em sala de aula. Em estudos realizados no Brasil e Estados Unidos o livro didático é o instrumento oficial utilizado pelo professor e aluno a um custo menor, pois a formação do docente é mais lenta e onerosa além disso, corre-se o risco do aumento da autonomia deste, que quanto mais qualificado mais conflitivo e informal.

Ainda segundo SCAFF, a partir da década de 1920 o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano no Brasil provoca a necessidade de maior acesso à escola. A seqüência de decretos, leis e medidas governamentais tornam o livro didático o projeto maior do Estado para a educação, visando uma formação típica e padronizada, consolidando o livro didático como um manual do que deve ou não ser

praticado na escola, condicionando o professor aos interesses do Estado – forma de controle sobre o seu trabalho. Neste ponto a autora põe em dúvida as reais intenções do Estado, quer no Brasil ou fora dele, na difusão e orientação para o uso do livro didático, e sua neutralidade.

No texto, *Livros para a Alfabetização: as alterações ocorridas no campo da produção editorial, a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 1998 e 2000)*. Como as posições de diferentes agentes – governo, editores e pesquisadores das universidades – definem o perfil dos livros considerados de qualidade pelo MEC e de aceitabilidade pelas escolas, a autora expõe seu projeto que visa a análise e descrição das alterações ocorridas no Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries, através das avaliações do PNLD de 1998 e 2000.

A princípio, SILVA apresenta algumas definições de livro didático - defendidas por Apple em seu livro *Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora* - regulador da vida escolar de alunos e professores e ainda como detentor do conhecimento oficial. Para a justificativa para o desenvolvimento do seu projeto a autora defende que a partir do guia os professores tiveram a oportunidade de conhecer as resenhas dos livros inscritos no PNLD, onde pontos negativos e positivos ficaram mais evidentes.

Antes do guia apenas a FAE e o PNLD eram responsáveis pela aquisição e distribuição dos livros didáticos, sem levantar qualquer dúvida quanto a qualidade, correção destes, o que vinha sendo denunciado desde a década de 1970. A partir da década de 1990 o MEC passa a participar das discussões quanto a qualidade do livro didático criando uma comissão que detêm o poder de avaliação e de criação de critérios para tal procedimento. Pode-se perceber claramente que a partir destas avaliações, realizadas em 1998 e 2000, reduziu significativamente o número de livros inscritos no PNLD de 2000, e ainda a homogeneização dos títulos inscritos em 2000 em relação a 1998, que pode ser visto como uma padronização do livro (SILVA) .

Percebe-se que os objetivos da autora são compreender a intervenção do poder do Estado na definição de um tipo de letramento oficial, identificar meios de adaptação editorial às avaliações e perceber como o MEC identifica e analisa o conhecimento apresentado. Para obtenção dos objetivos optou por apresentar: definições de livro didático; análises a partir dos pareceres emitidos pela equipe de avaliação, de manifestos públicos de outras associações envolvidas no campo editorial, e ainda análises a partir das resenhas contidas nos guias do livro didático; o perfil dos livros excluídos em 1998 e sua representatividade quantitativa, novas tendências e a reinscrição daqueles que apresentavam ressalvas com suas mudanças e ou adaptações.

O livro didático (LD) não pode ser compreendido isoladamente, fora do contexto escolar e social. É um produto... Numa sociedade de classes, capitalista, como a brasileira, o LD não poderia fugir à lógica que rege esta sociedade, em que as classes dominantes procuram, não só garantir e ampliar a acumulação de capital (e o LD deve ser visto como atividade econômica que possibilita isso), como também veicular as visões que lhes interessam e neutralizar possíveis oposições.

O que DAVIES (1997p. 600) afirma, no parágrafo acima, FRANCO (1982) e FREITAG (1987) já denunciavam anteriormente, indicando que a economia do livro didático girava em torno de pequenos grupos:

- a) a economia do livro didático é ditada pelo Estado, que interfere diretamente na produção deste – desde o planejamento da mercadoria, conteúdo e atuando como maior comprador potencial. Para a compra o Estado recebe das comissões de avaliações uma espécie de índice avaliativo de cada livro, este índice parte de um roteiro seguido pelas comissões, anteriormente este mesmo roteiro já serviu de base para a produção editorial do livro, assim as editoras conseguem saber de antemão o que o Estado espera do livro didático. Além do envolvimento múltiplo e quase direto na publicação da obra e seu conteúdo, o Estado

atua também na distribuição, divulgação e consumo além de ser o avaliador, completando a cadeia econômica (FREITAG, 1987, p. 51-64);

- b) “O Governo Federal, por meio da Fename[sic], um dos fortes compradores de livros didáticos, tem um aparato, onde não faltam recursos humanos e materiais, para explicitar suas exigências e expectativas. Essas se concretizam, hoje, nos critérios estipulados para a aprovação de livros a serem co-editados que compõem os Instrumentos de Avaliação elaborados pelos técnicos da Fename[sic]” (FRANCO, 1982, p.20);
- c) a FENAME, representante oficial do Governo Federal, foi a principal compradora de livros didáticos, algo em torno de 30 milhões de exemplares dos 123 milhões, produzidos em 1977 (SNEL “Produção Editorial de 1977” citado em FRANCO, 1982, p.20);
- d) em 1986 aproximadamente 45 milhões de livro didáticos foram distribuídos pelo Estado, em 1987 cerca de 52 milhões. A FAE – transformou-se em Fundação de Apoio às Editoras pois esses números em livros transformados em cifras tornam-se um quantia extraordinariamente grande. O que agrava a situação é que neste período apenas 10 editoras controlavam 90% da produção do livro didático (FREITAG, 1987, p. 54).
- e) em o *Livro escrito no Paraná ganha destaque no MEC*, Samuel Lago corrobora: “Para se ter uma idéia, 94% dos livros de 1ª a 4ª séries de todo o país são editados por apenas cinco grandes editoras. Às pequenas sobra apenas 6% do mercado”(GAZETA DO POVO, 2004, p. 14).

O que demonstra o real crescimento da produção editorial do livro didático são os percentuais por ele atingidos, em 1977, em torno de 25% (FRANCO, 1982, p. 20). Em 1999, esse setor editorial foi responsável pela cifra de 56% dos livros publicados (Câmara Brasileira do Livro em PRADO, 2001, p. 19), o que apóia a

afirmativa de DAVIES de que o livro didático “responde por cerca da metade do mercado editorial brasileiro” (1997, p. 600).

Dados mais recentes, referentes ao período 2002/2003 sobre a produção do editorial, atestam que mesmo tendo sofrido quedas nas vendas - quer seja pela perda do poder aquisitivo da população, aumento da reutilização e empréstimo de livros, diminuição do número de alunos matriculados no ensino particular, ou ainda pelo crescimento dos sistemas de ensino, que editam seu próprio material didático – o setor de livros didáticos foi o que apresentou melhor resultado devido as vendas ao governo, conforme o apresentado no Anexo (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 2004).

Por todos estas conotações, o livro didático deve realmente ser visto e analisado, por profissionais aptos para tal, a fim de que o título, que irá passar pela mão de milhares de crianças e lares esteja isento de cargas preconceituosas, político - ideológicas, erros conceituais entre outros. Quando não for possível a isenção total que o professor saiba avaliar e apresentar o conteúdo de forma a levantar e propiciar críticas em seu entorno, diante da realidade vivida pelo usuário do livro didático.

4.3 O PROGRAMA NACIONAL DE LIVROS DIDÁTICOS – PNLD

O Governo Federal mantém, há anos, o programa de aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para o Ensino Fundamental. O programa baseia-se nos princípios da livre participação das editoras privadas e da livre escolha por parte dos professores.

Os livros são repassados pelo Governo Federal aos estudantes que ficam com eles durante o ano letivo. Cada livro deve ser utilizado por no mínimo três anos, beneficiando, assim, a mais de um usuário. Daí a importância do bom uso do mesmo. Antes de chegar às mãos dos alunos, os livros didáticos passam por um

processo democrático de escolha. Diretores e professores analisam e escolhem as obras, selecionando quais serão utilizadas. O programa também auxilia o trabalho dos professores com o material adotado pelas escolas, orientando-os sobre o uso do mesmo (FNDE).

O PNLD, com a iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio do FNDE, distribui, nas escolas públicas cadastradas no Censo Escolar, livros didáticos gratuitos e de qualidade, para as disciplinas de Língua Portuguesa/Alfabetização, Matemática, Ciências, Estudos Sociais ou História e Geografia (FNDE).

O objetivo central do PNLD é oferecer aos alunos da rede pública do Ensino Fundamental acesso ao livro didático, garantindo a sua utilização/reutilização por no mínimo três anos consecutivos. Essa ação, segundo o FNDE, ajuda a diminuir as desigualdades educacionais existentes ao estabelecer padrão mínimo de qualidade pedagógica e física dos livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do Brasil. O próprio FNDE centraliza as etapas do programa, desde a inscrição dos livros até a aquisição e distribuição às escolas. São Paulo é exceção. O estado optou pela descentralização, ou seja, o FNDE repassa recursos financeiros à Secretaria de Educação Paulista, que se responsabiliza por todo o processo de execução do programa.

No Diário Oficial da União e no site do FNDE é publicado edital com regras estabelecidas e etapas a serem cumpridas pelos autores para a inscrição do livro didático (FNDE).

Para analisar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências do edital, é realizada uma triagem. Os livros selecionados são encaminhados à SEF, responsável pela avaliação pedagógica do livro. A SEF elege especialistas para analisar as obras, mediante critérios definidos por ela e divulgados no edital. Após análise os especialistas elaboram resenhas dos livros aprovados, que passarão a compor o Guia de Livros Didáticos (FNDE).

4.4 O GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS

O Guia de Livros Didáticos é basicamente o produto final do Projeto de Avaliação de Livros Didáticos de 1ª a 8ª Série que, segundo o FNDE, tem por objetivo geral promover a melhoria da qualidade dos livros didáticos destinados ao Ensino Fundamental e utilizados nas escolas das redes públicas. Este objetivo desdobra-se em cinco outros, incluindo a elaboração do guia como subsídio de escolha do livro didático pelos professores:

- a) aperfeiçoamento do processo de aquisição do livro didático pelo FNDE, vinculando tal processo à avaliação pedagógica;
- b) estabelecimento de critérios de avaliação qualitativa que induzam à melhoria de qualidade da produção do livro didático;
- c) avaliação dos livros didáticos inscritos no Programa Nacional do Livro Didático, realizada pelo próprio Programa;
- d) e apoio do desenvolvimento do processo de autonomia do professor para avaliação pedagógica do livro didático, mediante publicação do “roteiro” de análise, este a cargo da SEF.

Devido a um dos critérios atuais do livro didático, uso e duração mínima de três anos, o guia é editado a cada três anos para a escolha das obras – pelo fato do guia das séries iniciais ter sido o primeiro a ser lançado ele continua a ser editado um ano antes do guia das séries finais.

4.4.1 Composição do Guia

A composição do guia pode se vista basicamente por dois eixos:

- a) parte introdutória do guia, onde se podem encontrar: princípios e critérios comuns para a avaliação, sistemática de avaliação, orientações gerais entre outros;

- b) parte introdutória para cada área do conhecimento com os princípios e critérios específicos da área, e resenhas das obras recomendadas.

O guia do PNLD 2005 foi dividido em seis volumes um para cada disciplina, incluindo o caderno de apresentação. O caderno de apresentação é composto pela parte introdutória, que também é encontrada nos editais, os demais volumes contemplam a parte introdutória para cada área do conhecimento com os princípios e critérios específicos da área, e resenhas das obras recomendadas.

4.4.2 Organização do guia

A organização dá-se da seguinte forma:

- a) em áreas do conhecimento demarcadas por cores distintas com sua(seu) respectiva(o):
 - introdução que descreve os princípios e critérios específicos da área; o comentário sobre o conjunto de coleções avaliadas;
 - modelo de ficha utilizada para a análise;
 - e resenhas das obras recomendadas;
- b) em coleções avaliadas e aprovadas são dispostas da maior classificação para a menor, a classificação é dada por uma escala graduada convencionalmente graficamente por estrelas:
 - 3 estrelas: Recomendadas com distinção – destacam-se pelo esforço de aproximação o mais possível do ideal representado pelos princípios e critérios;
 - 2 estrelas: Recomendadas – coleções que cumprem os requisitos mínimos de qualidade exigidos;
 - 1 estrela: Recomendadas com Ressalvas – nesta categoria encontra-se as obras que por um motivo ou outro não estão livres das

ressalvas, contudo estão isentos de erros conceituais ou preconceitos, obedecendo aos critérios mínimos de qualidade;

c) resenhas com:

- justificativa da classificação;
- descrição, análise detalhada e específica da coleção;
- apresentação dos cuidados que o professor deve ter na adoção coleção (GEBRIM,2001, p. 13-14).

Para o guia 2005 foram mantidas cores distintas para cada área e o universo de contexto de 2002, incluindo-se a parte introdutória de cada disciplina, os critérios e análise das obras avaliadas, além das resenhas. Excetua-se a presença da classificação, que não mais existe, mantendo-se a descrição de cada obra aprovada. O que validou esta alteração pode ser interpretado a partir da observação de PARISI (2004):

“A classificação não fazia mais sentido’, diz o diretor de ações e assistência educacional do FNDE, Daniel Balaban. Segundo ele, a idéia do programa sempre foi a de que os professores de cada região escolhessem livros mais apropriados para sua realidade local. Mas a partir do momento que o governo dizia quais eram os melhores títulos, ‘tirava a capacidade dos professores de escolher”.

4.4.3 Como uma obra pode figurar no guia

Processos seguidos para inserção da coleção no guia:

- a) inscrição da coleção no PNLD pela editora – para avaliação as obras são completamente descaracterizadas sem qualquer possibilidade de identificação;
- b) avaliação de cada título, por dois parceristas, com envio de relatórios para os coordenadores da área – com análises coerentes o coordenador efetua sua avaliação e redige o texto de resenha que ira compor o guia ou a justificativa da recusa;

c) livros reprovados são devolvidos às editoras com seus respectivos pareceres, os aprovados são publicados no guia (PRADO, 2001, p. 16).

Como se pode observar, a partir da situação exposta, há uma série de tentativas de aperfeiçoar o processo de identificação e seleção dos livros pelos responsáveis pelo processo pedagógico, o que lhe dá possibilidades de torná-lo um trabalho coletivo e interdisciplinar.

4.5 GUIA DE INFORMACOES

Um guia de informação é considerado uma fonte de informação terciária que tem a função de guiar o usuário para fontes primárias – produzidas com a interferência direta do autor da pesquisa, normalmente dispersas e desorganizadas do ponto de vista da produção, divulgação e controle – e secundárias – têm a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias.

“Guias de Informação são fontes de informação sobre um determinado tema relacionado às entidades associativas, empresas de consultoria, institutos de pesquisa, órgãos ligados à política referente ao tema coberto, instituições de ensino, projetos de pesquisa, bibliotecas/serviços de documentação especializados, bases de dados e até mesmo algumas publicações relevantes para as atividades desenvolvidas na área de assunto cobertas” (MANUAL, 1997 p. 145).

Ainda segundo o MANUAL do TECPAR a função dos guias é melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços de informação, além de fortalecer as redes informais de comunicação entre a comunidade técnico-científica e o setor industrial e áreas afins.

5 RESULTADOS OBTIDOS

O objeto central para este estudo foi o Guia de Livros Didáticos de 5ª a 8ª séries, que têm sido considerado pelos professores uma importante ferramenta de escolha do livro didático, senão a principal fonte de informação para tal.

Na análise efetuada foi possível perceber que as mudanças ocorridas para o PNLD 2005 foram promovidas no intuito de permitir ao professor mais autonomia na sua escolha sem que, no entanto, o Programa se exima de sua responsabilidade.

A extinção da classificação das obras no PNLD 2005 foi a mais significativa alteração ocorrida. As obras são listadas e apresentadas em ordem alfabética, diferentemente de 2002 em que apareciam em ordem de classificação, conforme o número de estrelas atribuídas a cada uma. Esta mudança visou oferecer maior liberdade para os professores que fariam a escolha, uma vez que a análise partiria do pressuposto que todas as obras são passíveis de escolha, quanto a aprovação pelo programa, mas com diferenciais para cada região, condição sócio econômica em que a escola se localiza – o que o crivo da classificação já não poderia atender. Sendo assim, a escolha do professor não mais se prenderia a uma obra melhor classificada por ter melhores recursos; ou uma obra mediana por não ter um grau elevado de sofisticação sendo possível acompanhar suas indicações; ou ainda de menor classificação que não apresentaria problemas de aplicação ou acompanhamento. Livre das amarras da classificação o professor deverá olhar a obra com outros olhos, olhos de comparação da obra com o ambiente de aplicação.

Quando listados todos os critérios específicos à disciplina de História contemplados no Guia de 2002, a mesma busca foi realizada no Guia 2005, então se percebeu que não houve inclusão de novos critérios de avaliação neste último.

Em se tratando particularmente das obras de História, em relação aos critérios específicos, as alterações ocorridas para 2005, com base em 2002, foram tanto formais como substanciais.

Promover esforços para que o aluno esteja ciente de que ele é um ator e não um mero espectador da História foi a mais significativa alteração dos critérios específicos para as obras de História. Fazer o aluno perceber isto deve ser a tônica presente nas obras aprovadas, tornando-o um sujeito crítico e atuante, e dando a ele condições para tal por meio de apresentação de textos de diversos autores com enfoques distintos, e promovendo investigação por meio da indicação de autores e textos que devem ser lidos. Assim o ciclo deve se completar permitindo análises, comparações, avaliações, refutações entre outras habilidades a serem conquistadas. Isto pode ser evidenciado no Apêndice 2 – em 2.2, 2.3 e 2.7 – e se percebe ainda importantes alterações entre um PNLD e outro, não havendo repetição de critérios e quando há são feitas inferências para sua melhoria, para a melhor visualização textos iguais estão destacados em azul.

Talvez a grande perda para 2005 foi a falta da apresentação na íntegra dos critérios no Guia do PNLD 2005, diferentemente de 2002 onde eram listados os critérios gerais e específicos de cada área, o Programa em 2005, por meio do FNDE, optou por publicar tais critérios apenas via internet no *site* do FNDE. A primeira vista esta opção pode ser percebida como meio de universalização, mas em se tratando de Brasil, um país com diferentes realidades, optar por não disponibilizar no Guia privou alguns professores deste conteúdo, o que em alguns casos pode inclusive ser considerado como fator de menor ou importância nula para o Programa, devido ao fato do professor ignorar tais especificações, só contidas no edital. Reportando-se ao Apêndice 2 – em 5.1, 5.2, 5.3, 6., 6.2 e 6.3 – é possível verificar as perdas de conteúdo. Utiliza-se o destaque em vermelho para pontuar o conteúdo que pode ser encontrado apenas no edital, o destaque em azul continua sendo utilizado para o que permanece igual em ambas as edições do PNLD. No entanto, quando se observa todo o conjunto de critérios contemplado apenas pelo edital e não na versão impressa do Guia, é que se percebe tal perda.

Além da privação dos critérios em meio impresso, a página na Web do FNDE apresentou, por diversas vezes falhas na abertura do edital – durante a execução deste trabalho, exigindo que uma vez aberto se tornou primordial salvá-lo em outro meio para comparações futuras – o que para um usuário esporádico ou inexperiente tornaria desinteressante o retorno à ela.

Para cumprir o objetivo “apresentar dentre as obras inscritas o percentual de obras aprovadas e excluídas para cada disciplina em ambos PNLD, podendo assim verificar de modo quantitativo se a produção do livro didático vem se adaptando às normas reguladoras do Estado”, foi criado um quadro comparativo, conforme citado na metodologia e exposto no Apêndice 1. No entanto não se pode ter um parecer conclusivo após a formulação dele, pois na busca dos dados – em ambos os guias – não foi possível o seu preenchimento por completo, uma vez que não são apresentados números de obras inscritas ou mesmo excluídas para cada disciplina. Apenas nas disciplinas de História e Língua Portuguesa foi possível uma análise.

O número de obras inscritas em Língua Portuguesa passou de 34 no PNLD 2002 para 37 no PNLD 2005, um aumento de 9%, enquanto que em História foi de 21 em 2002 e 29 para 2005, apresentando um aumento de 38%.

Já o número de obras aprovadas em Língua Portuguesa passou de 22 em 2002 para 29 em 2005. Quanto à História, este número foi de 17 em 2002 e 22 em 2005. Proporcionalmente, a disciplina de Português teve uma elevação no índice de aprovação e a disciplina de História uma queda. Isto se deve provavelmente à elevação do percentual de obras inscritas, no caso de História, quatro vezes maior do que em Língua Portuguesa.

Considerando-se apenas as obras aprovadas em todas as disciplinas, em ambos PNLD, houve um aumento significativo em torno de 47% em relação ao PNLD 2002. Para 2005 cerca de 30 coleções a mais estão (ou estiveram) a disposição do professor para a escolha o que evidencia uma ampliação do leque de opções de títulos a escolher. A partir do quantitativo apresentado, pode-se deduzir

que existe uma adaptação às normas reguladoras do Estado por parte do mercado editorial do livro didático.

Ao final desta pesquisa espera-se que a contribuição dada à sociedade seja maior que o esforço desempenhado para a realização desta. Que padrões, alterações, inclusões e ou exclusões, que por ventura sejam apontados aqui nos critérios de avaliação dos PNLD sirvam para formar ou alterar opiniões e favorecer a crítica em torno deste instrumento educacional de apoio ao professor e aluno, o livro didático.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme seu propósito inicial este trabalho permitiu visualizar os avanços ocorridos nos critérios de avaliação do livro didático, por meio da análise dos PNLD 2002 e 2005. Mesmo não sendo possível o cumprimento por completo de todos os objetivos listados anteriormente no projeto, acredita-se que os objetivos resgatados colaboraram na apresentação de uma possível contribuição que este trabalho venha oferecer para a sociedade.

Aspectos positivos e negativos podem ser elencados nas alterações dos critérios de avaliação do livro didático. Entre os primeiros, destaca-se o caráter não mais classificatório do livro didático por meio de estrelas, modalidade expressiva de uma classificação quantitativa e não qualitativa da obra. O atual procedimento expressa uma avaliação por meio de objetivos e critérios atingidos – propiciando maior autonomia ao professor para a escolha. Percebe-se que a linguagem utilizada atualmente está mais próxima da realidade do professor do Ensino Fundamental, conforme evidencia-se no Apêndice 2 item 1. A ênfase na integração do aluno com sua realidade pode ser verificada em 2.2. Por sua vez, no item 2.3, enuncia-se a criação de condições para inserção de habilidades que venham a influenciar no pensamento crítico e reflexivo. Quanto à importância de não estereotipar o aluno, é perceptível no item 2.4. Aponta-se para a necessidade de ver a obra como um todo e não mais em blocos separados, no item 2.6, enquanto a necessidade de chamar a atenção do professor para o aspecto construtivo e provisório da verdade histórica, é evidente em 2.7. Finalmente, a responsabilidade do docente em despertar no aluno valores éticos são aspectos positivos visualizados durante a pesquisa.

Apesar da linguagem estar mais próxima da realidade do professor, nem todos tiveram acesso à lista completa dos critérios de avaliação do livro didático que, por opção do FNDE, foi disponibilizado apenas na sua página da Web, percebido em 5.1, 5.2, 5.3, 6.1, 6.2 e 6.3 do Apêndice 2.

Outro ponto que prejudicou e dificultou a análise foi a não padronização dos guias. Mesmo entre as disciplinas num mesmo guia não existe a padronização para apresentação dos resultados da avaliação. Enquanto algumas disciplinas apresentam seus resultados por meio de gráficos, outras apresentam por meio numéricos e outras apenas discorrem sobre a abordagem do critério tornando a análise mais demorada e por vezes inviável – como o caso da apresentação dos percentuais e ou números de livros inscritos e excluídos por vezes sequer são mencionados exemplificando as disciplinas de Ciências e Matemática em ambos PNLD não há qualquer referência sobre eles; em Geografia não são apresentados em 2002; já em Português e História eles são apresentados tanto em 2002 quanto em 2005 de maneiras diversas mas passíveis de entendimento, conforme pode ser observado no Apêndice 1.

Outro ponto a ser destacado aqui são as políticas de guarda e recuperação do Guia, pelo próprio FNDE, que parecem não existir ou não cumprirem suas funções. A princípio, este estudo seria desenvolvido com base nas três edições do Guia de Livros Didáticos versões 1999, 2002 e 2005. Esse propósito foi impossibilitado pelo fato de não ter sido encontrada a versão 1999 – quer seja nas escolas de Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) onde o contato por e-mail e telefone foi efetuado, ou pelo contato por e-mail com o FNDE, pelo qual se obteve a informação de que a biblioteca daquele órgão e a própria comissão avaliadora não mais dispunham do guia 1999. Por esse expediente soube-se também que o guia de 2002 deveria ser retirado na sede do FNDE, em Brasília, ou baixado da sua página na Web. Consultado o link de acesso, percebeu-se que ele não disponibiliza a página. Assim a decisão de tomar por base o guia 2002 baseou-se na possibilidade de localizar um exemplar numa das escolas onde foi feita a busca do guia 1999. Quanto ao guia 2005, que estava em fase de editoração, foi possível acessar. Estas restrições vão de encontro ao discurso do próprio Programa que “...pretende que as informações e orientações sobre as principais características das

obras sejam utilizadas em outras ocasiões após a escolha, de forma que o Guia permaneça como material de consulta, sempre que necessário”(GEBRIM, 2001, p. 9). Este contratempo aponta para um problema atual, a falta de preservação da memória em documentos, afetando questões como a recuperação de informações históricas ou não, que estão sendo perdidas, de parte do registro histórico que, por falta de políticas adequadas de armazenamento, recuperação e uso da informação acabam por se perder ou por não serem recuperados. Espera-se que o mesmo não ocorra com os novos guias, seja em versão digital ou impressa, uma vez que ainda é tempo de buscar a memória recente do PNLD. Desse modo, a manutenção de condições de acesso ao conteúdo preservado digitalmente é uma ação que deve ser tomada imediatamente para a preservação desta memória.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. M. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, M. A. da (org.) **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1994. p.81-87.

ACS - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Ministério da Educação. **Trajétoria do livro didático**. Disponível em:
<<http://www.mec.gov.br/acs/pdf/livro75.pdf>> acesso em: 12 abr. 2004.

BUFREM, L. S. **Editoras universitárias brasileiras: uma crítica para reformulação da prática**. São Paulo, 1991, 3vol. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, p. 38-40.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. CBL Comunicação. **Mercado editorial e o livro didático**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <mufpr@yahoo.com.br> em: 22 jun.2004.

COMÊNIO, J. A. **Didáctica magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos**. 4ªed. Tradução de: Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p.457.

DAVIES, N. Livro didático: Apoio ao Professor ou Vilão do Ensino de História? In: ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 2. 1997, São Paulo. **Anais do II Encontro perspectivas do Ensino de História**. São Paulo: FEUSP, 1997, p. 600-604.

FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação. Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros Didáticos de 5ª a 8ª séries do PNLD/2005. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/home/livro_didatico/fndeeditaipnldconvocacao21062005preinscricao.pdf> acesso em: 27 mar.2004.

FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnld/index.html>> acesso em: 28 abr. 2004.

FONSECA, S. G. **Caminhos da História ensinada**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FRANCO, M. L. B. **O livro didático de História no Brasil: a versão fabricada**. São Paulo, Global, 1982.

FREITAG, B. et al. **O livro didático em questão**. São Paulo, Cortez, 1987.

GAZETA DO POVO. Livro escrito no Paraná ganha destaque no MEC. **Gazeta do Povo**, Caderno Brasil, Curitiba, 22 jun. 2004.

- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2002**: 5ª a 8ª séries. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2005**: v.1: caderno de apresentação. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004.
- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2005**: v.2: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004, p. 249-276.
- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2005**: v.3: Matemática. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004, p. 196-211.
- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2005**: v.4: Ciências. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004, p. 75-91.
- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2005**: v.5: História. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004, p. 203-228.
- GEBRIM, N. (Coord.) **Guia de livros didáticos 2005**: v.6: Geografia. Brasília: Ministério da Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004, p. 101-120.
- MANUAL de gestão de serviços de informação. Curitiba: TECPAR: Brasília: IBICT, 1997, p. 145
- PARISI, M. **MEC muda sistema de classificação de livros didáticos**. Disponível em: <http://eaprender.ig.com.br/jornal_materia_ver.asp?idMateria=1212> acesso em: 20 jun. 2004.
- PRADO, R. Como explorar o potencial do livro didático. **Nova Escola**: A Revista do Professor, São Paulo, n.140, p. 14-20, abr.2001.
- SCAFF, E. A .da S. **O Guia de Livros Didáticos e sua (in)utilização no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/Scaff.html>> acesso em: 17 mar. 2004.
- SEF - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL. **Projeto de Avaliação de Livros Didáticos de 1ª a 8ª Série**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avalidid.shtm>> acesso em: 24 mar. 2004.

SILVA, C. S. R. **Livros para a alfabetização**: as alterações ocorridas no campo da produção editorial, a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 1998 e 2000). Como as posições de diferentes agentes – governo, editores e pesquisadores das universidades – definem o perfil dos livros considerados de qualidade pelo MEC e de aceitabilidade pelas escolas. FAE-UFMG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/24/P1053012402736.rtf>> acesso em: 17 mar. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 –	PERCENTUAL DE OBRAS APROVADAS E EXCLUÍDAS DENTRE AS INSCRITAS.....	32
APÊNDICE 2 –	CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005.....	34

**APÊNDICE 1 – PERCENTUAL DE OBRAS APROVADAS E
EXCLUÍDAS DENTRE AS INSCRITAS**

APÊNDICE 1 - PERCENTUAL DE OBRAS APROVADAS E EXCLUÍDAS DENTRE AS INSCRITAS

Disciplinas	PNLD 2002			PNLD 2005		
	Inscritas	Aprovadas	Excluídas	Inscritas	Aprovadas	Excluídas
Ciências	Não consta	6	Não consta	Não consta	8	Não consta
Geografia	Não consta	7	Não consta	16 100%	11 68%	5 31%
História	21 100%	17 81%	4 19%	29 100%	22 76%	7 24%
Matemática	Não consta	12	Não consta	Não consta	24	Não consta
Português	34 100%	22 65%	12 35%	37 100%	29 78%	8 22%
		64			94	

FONTES: Guia de Livros Didáticos dos PNLD 2002 e 2005

**APÊNDICE 2 – CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE
HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005**

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

- 1 Características gerais da obra
- 2 Metodologia de ensino aprendizagem
 - 2.1 Coerência entre a proposta da metodologia de ensino aprendizagem e elaboração da obra
 - 2.2 Relacionar conhecimento
 - 2.3 Desenvolvimento de competências cognitivas
 - 2.4 Grau de complexidade dos conteúdos
 - 2.5 Integração de atividades e exercícios
 - 2.6 Possibilitação de desenvolvimento de habilidades
 - 2.7 Presença de textos complementares de outros autores
 - 2.8 Sugestão de leituras e de outros instrumentos didáticos
- 3 Metodologias próprias da disciplina
 - 3.1 Posicionamento sobre as metodologias da História e construção do conhecimento histórico
 - 3.2 Adequação do trabalho com a historicidade dos conceitos
 - 3.3 Fontes históricas - referencial constitutivo do conhecimento histórico.
 - 3.4 Existência de estereótipos e simplificações explicativas
- 4 Cidadania e ética
- 5 Manual do professor
 - 5.1 Apresentação
 - 5.2 Explicitação das atividades e discussão da avaliação
 - 5.3 Contribuição para o aprimoramento
 - 5.4 Apresentação e indicação de leituras
- 6 Aspectos editoriais
 - 6.1 Adequação ao Ensino Fundamental
 - 6.2 Referências
 - 6.3 Distribuição texto e ilustração

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
1	<p>Atenção às características gerais do conjunto da obra, principalmente no que diz respeito:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aos enfoques teórico metodológicos mais amplos; - à produção do conhecimento histórico propriamente dito; - a transposição didática dos conhecimentos produzidos. 	<p>Uma obra didática não pode:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conter erros informativos ou conceituais; - anunciar uma proposta metodológica e executar outra. Além de explicitar suas visões de História e aprendizagem, autor precisa ser coerente com seu quadro conceitual; - apresentar recursos – texto, imagens, exercícios – que sejam inadequados à faixa de escolarização pretendida; - conter textos ou imagens que levem à discriminação, preconceitos ou que veiculem propaganda ou proselitismo religioso; - conter erros graves de edição e revisão. 	<p>Pode-se constatar que este critério no PNLD 2005 tornou-se mais específico – apresentando indicativo das inadequações e incoerências que uma obra didática não pode conter – diferentemente do PNLD 2002 em que apresentava este mesmo critério de forma mais generalizada e afirmativa</p>	<p>Esta alteração formal do critério possibilitou uma maior proximidade com a realidade do professor no PNLD 2005.</p>
2	<p>Necessidade de análise da coleção quanto à concepção e organização segundo uma metodologia de ensino aprendizagem que seja adequada às finalidades do processo ensino aprendizagem e às diferentes características dos alunos e do projeto pedagógico da escola.</p>	<p>Busca-se avaliar se a obra está concebida e organizada segundo uma metodologia que seja adequada às finalidades do processo de ensino aprendizagem e às diferentes características dos alunos.</p>	<p>Percebe-se que este critério, apesar de uma pequena alteração formal na apresentação, permaneceu inalterado na sua estrutura, pois visa atender as mesmas especificidades em ambos os PNLD.</p>	
2.1	<p>Coerência entre a proposta de metodologia de ensino aprendizagem e elaboração da obra: Não basta que venha anunciado, no Livro do Professor, o que a coleção tem como propostas; é preciso que elas se concretizem no Livro do Aluno</p>	<p>Coerência entre as propostas metodológicas explicitadas para a História e para a aprendizagem.</p>	<p>Observa-se que em relação ao critério para 2005 não constam especificações sobre o livro do aluno e do professor.</p>	

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
2.2	Relacionar o conhecimento novo às experiências do aluno e criar condições para que ele compreenda a realidade próxima são aspectos básicos a serem considerados para o aprendizado eficiente, assim como para a problematização do passado e do presente.	Estabelecimento de relações sistemáticas entre o conhecimento novo e a experiência do aluno, de modo a criar condições para que ele compreenda a realidade em que vive.	No PNLD 2002 este critério estava implícita a necessidade de apresentar o aluno como parte da realidade. Para 2005, ao inferir-se às <i>relações sistemáticas</i> entre o conhecimento novo e experiência, o Programa explicita a importância de integrar o aluno a sua realidade, de modo crítico quanto aos fatos históricos. Diferentemente, em 2005, a ênfase está no compreender e vivenciar.	Ao alterar este critério, o que se espera da obra didática para 2005 é uma posição integrada do aluno à sua realidade, preferencialmente em relação ao presente, como conhecedor e observador.
2.3	Deve contribuir para o desenvolvimento de competências cognitivas básicas como observação, compreensão, argumentação, organização, memorização, análise, síntese – imprescindíveis na formação dos alunos.	Deve contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas como observação, investigação, compreensão, argumentação, organização, memorização, análise, síntese, criatividade, comparação, interpretação, avaliação.	A alteração prevê habilidades que influenciam o pensamento crítico e reflexivo ao referir-se à investigação, criatividade, comparação, interpretação e avaliação.	Houve uma mudança em relação às habilidades críticas e investigativas, antes não contempladas.
2.4	Necessidade de que os textos e os exercícios respeitem as dificuldades próprias dos alunos, adaptando o grau de complexidade dos conteúdos e possibilitando que eles alcancem níveis gradativamente mais amplos de abstração e de generalização; a linguagem, por sua vez deverá estar adequada às possibilidades cognitivas do aluno.	Apresentação de textos e exercícios formulados corretamente, integrados às temáticas tratadas, criativos, adequados às condições dos alunos e ao grau de complexidade dos conteúdos.	Percebe-se que em relação aos critérios 2.4 e 2.5 houve uma alteração na apresentação. Diferentemente de 2002, em 2005 não é explícita a maneira de tratar a dificuldade de aprendizagem do aluno. Ele é visto como parte de um todo, em que deve haver adequações mútuas, entre alunos, temáticas e formulação de textos e exercícios.	Está implícita para 2005 a intenção de não estereotipar o aluno, dando ênfase às suas dificuldades e colocando-o como causa para a adaptação gradativa do conteúdo. A adequação às condições da maior pertinência ao critério do que respeito as dificuldades.
2.5	Importância de verificar se as atividades e os exercícios estão integrados aos conteúdos.	Apresentação de textos e exercícios formulados corretamente, integrados às temáticas tratadas, criativos, adequados às condições dos alunos e ao grau de complexidade dos conteúdos.		

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
2.6	<p>Importância de verificar se as atividades e os exercícios estão integrados aos conteúdos e se possibilitam o desenvolvimento de habilidades, estimulando: observação, investigação, análise, criatividade, comparação, interpretação, avaliação, memória; mais ainda, se desenvolvem a capacidade de debater problemas e de produzir textos.</p>	<p>Incentivo a capacidade de debater problemas e de produzir textos.</p>	<p>Houve alteração substancial para o PNLD 2005 uma vez em 2002 houve redundância em relação a um critério já definido anteriormente no qual foi acrescentado o desenvolvimento de competências cognitivas, referente a produção de textos. Por sua vez, o PNLD 2005 prevê o incentivo a capacidade de produção de textos.</p>	<p>Em 2005 o desenvolvimento das habilidades: produção de textos e discussão e debates de problemas, vem com um peso maior, pois visa a integridade da obra. Já em 2002 esta mesma vertente é tratada para atividades e exercícios como se estes estivessem em blocos separados da obra.</p>
2.7	<p>A presença de textos complementares de diferentes autores poderá garantir que se tome conhecimento histórico não como único, mas com um espaço de interpretações possíveis.</p>	<p>Apresentação de textos complementares distintos, de modo a garantir a percepção, por parte do aluno, do aspecto construtivo e provisório da verdade histórica.</p>	<p>Neste critério houve uma alteração substancial uma vez que em 2005 ele pretende que o aluno perceba a História como uma área do conhecimento em constante movimento de construção e reconstrução. Em 2002 o que se percebe é que a História deveria ser vista como muitas verdades, expostas por diferentes ângulos de interpretações diversas e de maneira estática.</p>	<p>Esta alteração faz perceber que o professor deve estar atento para colocar a História como algo em permanente construção em que todos são parte dela e não meros observadores.</p>
2.8	<p>Sugestões de leituras e de outros instrumentais didáticos que possam enriquecer as opções do professor.</p>	<p>Sugestões de leituras e de outros instrumentais didáticos que possam enriquecer as opções do professor.</p>	<p>Sem qualquer alteração formal ou substancial do critério.</p>	
3	<p>A disciplina de História tem uma tradição de vários séculos e muitos conhecimentos acumulados na área. Assim, deve-se partir do pressuposto de que o conhecimento produzido pelos historiadores será sempre o ponto de referência para os autores de livros didáticos. É importante verificar, portanto, se a coleção, na exposição dos conteúdos específicos da área de História, está em sintonia com as metodologias próprias da disciplina</p>	<p>Os conhecimentos históricos são construídos a partir de regras e procedimentos próprios da disciplina História, que precisam estar presentes nas obras didáticas.</p>	<p>Ambos os Programas prevêem que os autores ao construírem seus textos levem em consideração as regras e os procedimentos metodológicos específicos de História.</p>	

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
3	histórica.			
3.1	A explicitação das propostas metodológicas relativas ao conhecimento histórico indica que os autores estão informados a respeito do ofício do historiador e da variedade das tendências historiográficas existentes na área . O posicionamento sobre as metodologias de História no livro didático esclarece como foi elaborado o trabalho de construção do conhecimento histórico, esperado para esse nível de escolaridade. Mas enunciar não basta; é necessário verificar se há coerência entre as propostas e a exposição dos conteúdos, em forma de texto e de atividades.	A explicitação e coerência das propostas metodológicas relativas ao conhecimento histórico , considerando-se a variedade das tendências historiográficas existentes na área .	Percebe-se um processo de síntese em relação a explanação do critério, de 2002 para 2005.	
3.2	O trabalho adequado com a historicidade dos conceitos é que consistência ao relato histórico, evitando-se anacronismos e nominalismos. É importante, também, especial atenção para a forma como os autores se utilizam das categorias centrais do conhecimento histórico: tempo, espaço, sujeito histórico, cultura, natureza, sociedade, relações sociais, poder, trabalho, período seqüência, transformação, passado, presente, futuro, simultaneidade, duração.	A percepção da adequação e historicidade dos conceitos utilizados, com especial atenção para as categorias centrais do conhecimento histórico: tempo, espaço, sujeito histórico, cultura, natureza, sociedade, relações sociais, poder, trabalho, período, seqüência, transformação, passado, presente, futuro, simultaneidade, duração.	Da mesma forma, os critérios se fundem na importância de adequar a construção do conhecimento histórico com as categorias que os representam.	
3.3	As fontes históricas, como referencial constitutivo do conhecimento histórico, são peças fundamentais para aproximar o aluno da prática com a História. É preciso verificar portanto,	Adequação do trabalho com fontes históricas, que devem ser apresentadas e exploradas como referencial constitutivo central do conhecimento histórico.	Em 2005, o critério é explicitado de forma mais sintética.	

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
3.3	se elas são convenientemente exploradas e não apenas transcritas, tendo-se o cuidado em explorar as potencialidades interpretativas dos documentos que são reproduzidos.			
3.4	A existência de estereótipos e simplificações explicativas que não apenas banalizam o conhecimento que os alunos possam ter da História, como prejudicam a formação de cidadãos críticos e conscientes.	Presença de estereótipos e simplificações explicativas que banalizam o conhecimento e comprometem a formação de cidadãos críticos .	Em ambas versões procura-se evitar <i>a presença de estereótipos e simplificações explicativas</i> .	
4	Sendo o livro didático um elemento importante na construção do saber e no processo educacional, é de esperar que ele contribua para a reflexão sobre a ética, imprescindível ao convívio social, e para a construção da cidadania. Nesse sentido, é importante que o professor esteja atento para verificar se, nos textos e nas atividades, há uma real preocupação em despertar no aluno a prática participativa, a sociabilidade, a consciência política, a honestidade, a "cidadania" enfim.	Cabe ao livro didático a construção de uma reflexão sobre a ética, imprescindível ao convívio social, e sobre a construção da cidadania. Interessa, portanto, que a obra contribua para o aprendizado da tolerância, da liberdade e da democracia.	Embora os critérios sejam praticamente os mesmos, em 2002 há uma referência à responsabilidade do professor visualizar a presença do referencial ético para despertar no aluno os valores a ele relacionados.	
5	O Manual do Professor é um recurso importante para o esclarecimento das propostas do livro didático. Ele será de efetiva utilidade se contiver orientações que explicitem os pressupostos teóricos e metodológicos da História e do ensino aprendizagem e encaminhem para novas perspectivas para a formação continuada do docente.	O manual do professor não deve se restringir à mera apresentação de respostas prontas aos exercícios formulados na coleção. Precisa apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes.	Os critérios apresentam a mesma preocupação em relação ao uso do manual como ferramenta auxiliar docente, assim como um suporte para a sua formação continuada.	
5.1	O texto do Manual do Professor não pode ser mera reprodução do Livro do	É importante que o manual do professor não seja apenas mera	Os aspectos relativos as especificidades do Manual do	

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
5.1	Aluno, com a resolução de exercícios. Dele se espera a apresentação e discussão dos enfoques metodológicos que presidem a coleção, que demonstrem a preocupação de cunho pedagógico e historiográfico, além de orientações visando à articulação dos conteúdos entre si e com as outras áreas do conhecimento.	reprodução do livro do aluno, com resoluções de exercícios. O manual cumprirá melhor sua função se oferecer: orientação teórica, informações adicionais, bibliografia diversificada, sugestões de leituras e de outros recursos que contribuam para a formação e atualização do professor, orientação visando à articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento. Deve conter proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem e sugestões de atividades e de leituras para os alunos.	Professor aparecem apenas no Edital como critérios classificatórios não tendo sido inclusos no Guia 2005. No Edital são explícitas as indicações relativas à importância da orientação ao professor.	
5.2	Explicitar os objetivos das atividades enriquece a percepção de seu alcance; discutir a avaliação aprendizagem, apresentando sugestões, auxilia muito a difícil tarefa do professor neste momento delicado de sua prática.	As indicações são contempladas no Edital, item 5.1.		
5.3	A atividade docente necessita de constante atualização e o Manual do Professor tem também a função de contribuir para este aprimoramento.	As indicações são contempladas no Edital, item 5.1.		
5.4	A apresentação e indicação de leituras e outros recursos que estimulem o professor a acompanhar as conquistas da área de História e as relativas ao campo ensino aprendizagem são de inquestionável importância.	Sugestões de leituras e de outros instrumentais didáticos que possam enriquecer as opções do professor.	A alteração para 2005 que mais chama atenção em relação a este critério é a dispensa de apresentação de leituras, são feitas apenas sugestões além de que se fala em enriquecimento de opções, diferentemente de 2002 que trata o critério como estímulo.	
6	O cuidado com os aspectos editoriais também é fundamental, para que o	Os aspectos editoriais exercem papel importante na definição da	Em 2002 os aspectos editoriais foram desdobrados em vários subitens, já	Esta alteração pode trazer alguma dificuldade para o professor elencar

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
6	livro didático seja um instrumento adequado aos alunos.	qualidade da obra e de suas possibilidades de uso. É preciso verificar a apresentação gráfica do livro, sua estrutura, correção da impressão, qualidade das ilustrações.	em 2005 ficou sintetizado em um único. As especificidades que são tratadas, em 2002, por subitens ficaram subentendidas em 2005.	quesitos de escolha da obra uma vez que estão implícitos em 2005.
6.1	Apresentação do livro, estruturação, correção da impressão e presença de boas ilustrações que se constituam motivações essenciais para o bom uso do livro, bem como para formatação com boa legibilidade, adequada ao Ensino Fundamental.	Na utilização de recursos visuais, é importante que o livro busque unidade visual em relação à forma de organização, ritmo e continuidade; que a relação entre layout e conteúdo seja compreensível, visando à motivação e integração; que a formatação proporcione boa legibilidade ao texto, estando adequada à escolaridade a que se destina o livro; que, quando os textos forem longos, haja recursos de descanso visual.	Os aspectos relativos a utilização de recursos visuais aparecem apenas no Edital, como critérios classificatórios, não sendo inclusos no Guia 2005.	Uma vez que tais critérios não aparecem no guia de 2005 o professor fica impossibilitado de saber se tais recursos passaram pela avaliação do Programa. Desta forma o professor que não teve acesso ao Edital pode ser levado a crer que tais critérios são de menor importância ou inexistentes.
6.2	A correção nas referências bibliográficas, o respeito às convenções nas representações cartográficas, a presença de títulos e fontes nas tabelas e gráficos.	Nos mapas, as legendas devem respeitar as convenções cartográficas. Nos gráficos e tabelas, devem constar títulos, fontes e datas. As ilustrações devem vir acompanhadas dos respectivos créditos.	Os aspectos relativos a utilização de recursos visuais aparecem apenas no Edital, como critérios classificatórios, não sendo inclusos no Guia 2005.	
6.3	Distribuição adequada e equilibrada entre textos e ilustrações. É preciso examinar se estão isentas de estereótipos, acompanhadas de títulos, legendas e créditos, se estão adequadas ao assunto, integradas ao texto; se auxiliam a compreensão e recorrem a diferentes linguagens visuais.	As imagens e os recursos visuais devem fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas sim em recursos intrínsecos à problematização e à compreensão dos conteúdos históricos. Assim, as ilustrações, para auxiliar na leitura e na compreensão dos textos, precisam estar adequadas às	Os aspectos relativos a utilização de recursos visuais aparecem apenas no Edital, como critérios classificatórios, não sendo inclusos no Guia 2005.	

APÊNDICE 2 - CRITÉRIOS ANALISADOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA – PNLD 2002 E 2005

continua

	PNLD 2002	PNLD 2005	Alterações	Considerações
6.3		finalidades para as quais foram elaboradas, ser claras, precisas e de fácil compreensão. As legendas devem possibilitar, efetivamente, a localização da ilustração no tempo e espaço (época em foi produzida, autoria, créditos e sua natureza). Podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade.		

Vermelho – critérios que aparecem apenas no Edital do PNLD 2005

Azul – menções iguais em ambos PNLD

ANEXO

**ANEXO - FATURAMENTO E EXEMPLARES VENDIDOS POR SUBSETOR
EDITORIAL NOS ANOS DE 2002/2003**

ANEXO – Faturamento e Exemplares Vendidos por Subsetor Editorial nos anos de 2002/2003

editoras de livros	FATURAMENTO (R\$) *2			EXEMPLARES VENDIDOS		
	2002	2003	Var %	2002	2003	Var %
Didáticos *1	775.000.000	830.000.000	7	53.000.000	49.000.000	-8
Obras Gerais	463.000.000	493.000.000	6	54.500.000	50.000.000	-8
Religiosos	183.000.000	192.000.000	5	29.700.000	26.000.000	-12
Científicos, Técnicos e Profissionais	378.000.000	393.000.000	4	21.200.000	20.000.000	-6
TOTAL MERCADO	1.799.000.000	1.908.000.000	6	158.400.000	145.000.000	-8
PNLD Centralizado	228.000.000	415.000.000	82	59.000.000	103.000.000	75
PNLD Descentralizado	75.000.000	31.130.000	-58	17.500.000	7.100.000	75
PNBE *3	59.000.000	9.450.000	-84	82.000.000	730.000	-99
Programa Leia Mais	20.000.000	-	-	2.700.000	-	-
TOTAL GOVERNO	382.000.000	455.580.000	19	162.200.000	110.830.000	-32
TOTAL GERAL	2.181.000.000	2.363.580.000	8	320.600.000	255.830.000	-20

*1 – Didáticos: Inclui Pré - escolar, 1 e 2 graus e paradidáticos (somente mercado).

*2 – Faturamento a preços correntes.

*3 – Refere-se ao programa "Literatura em minha casa"(2002).

A variação percentual refere-se a comparação entre os anos de 2002/2003.

Tabela extraída de: CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. CBL Comunicação. **Mercado editorial e o livro didático**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <mufp@yahoo.com.br> em: 22 jun.2004.